



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 047/2015-TCE-TRIBUNAL PLENO

**1- Processo TCE nº 1769/2011 – 16 volumes.**

**Apenso:** Processo 3769/2010.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Apuí.

**4- Exercício:** 2010.

**5- Responsável:** Sr. Antônio Marcos Maciel Fernandes, Prefeito e Ordenador de Despesa.

**6- Unidade Técnica:** Informação n. 173/2015-DICAMI, Informação Conclusiva n. 187/2015-DICOP e Informação n. 775/2015-DEATV.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer n. 936/2015 (fls. 3.200/3.201), do Procurador de Contas Dr. Ademir Carvalho Pinheiro.

**8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Apuí. Exercício de 2010.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando ao Poder Legislativo Municipal a **DESAPROVAÇÃO** das contas da Prefeitura de Apuí, exercício de 2010, de responsabilidade do **Sr. Antônio Marcos Maciel Fernandes**, Prefeito e Ordenador de Despesa, com fulcro no art. 3º, III, da Resolução n. 9/1997-TCE/AM.

**10- Ata:** 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 16 de setembro de 2015.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 047/2015-TCE-TRIBUNAL PLENO**

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário Manoel Coelho de Mello, e Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Presidente, em sessão

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro Convocado

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 047/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 047/2015)

**1- Processo TCE nº 1769/2011 – 16 volumes.**

**Apenso:** Processo 3769/2010.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Apuí.

**4- Exercício:** 2010.

**5- Responsável:** Sr. Antônio Marcos Maciel Fernandes, Prefeito e Ordenador de Despesa.

**6- Unidade Técnica:** Informação n. 173/2015-DICAMI, Informação Conclusiva n. 187/2015-DICOP e Informação n. 775/2015-DEATV.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer n. 936/2015 (fls. 3.200/3.201), do Procurador de Contas Dr. Ademir Carvalho Pinheiro.

**8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Apuí. Exercício de 2010.

*Contas irregulares. Multas. Considerar o responsável em débito. Prazo. Recomendação à SECEX e à DICAMI. Determinação à origem. Recomendação ao MPC. Comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao TCU.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**9.1 – Á UNANIMIDADE:**

**9.1.1 - JULGAR IRREGULAR** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Apuí, referente ao exercício de 2010, de responsabilidade do **Sr. Antônio Marcos Maciel Fernandes**, Prefeito e Ordenador de Despesa, com fulcro no art. 22, III, “b”, da Lei Estadual n. 2.423/96;

**9.1.2 - APLICAR MULTA** no valor total de **R\$ 51.650,60** ao **Sr. Antônio Marcos Maciel Fernandes**, Prefeito e Ordenador de Despesa, nos moldes discriminados a seguir:

a) **R\$ 1.096,03** por cada semestre em que houve **atraso** no encaminhamento dos dados relativos ao **Relatório de Gestão Fiscal**, ou seja, **1º e 2º semestres, totalizando** o valor de **R\$ 2.192,06**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº 047/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 047/2015)**

b) **R\$ 1.096,03** por cada bimestre em que houve **atraso** no encaminhamento dos dados relativos ao **Relatório Resumido de Execução Orçamentária**, ou seja, **1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres**, **totalizando** o valor de **R\$ 6.576,18**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

c) **R\$ 2.192,06** pelo **não atendimento, no prazo fixado, à diligência deste Tribunal**, materializada na Notificação n. 002/2011-CI/DEENG (fls. 737/741, vol. 4), haja vista que foram requisitados documentos faltantes quando da inspeção “in loco”, porém, o responsável não os apresentou, prejudicando o exercício do controle externo desta Corte, com fulcro no art. 308, I, “a”, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

d) **R\$ 30.000,00** pelas impropriedades remanescentes nos itens 5, 6, 7, 8, 12 (alíneas “d” e “e”), 13, 15, 16 (alíneas “a”, “b”, “c” e “d”), 17 (alínea “d”), 18, 22 (alíneas “b” e “c”), 23, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 43, 44, 48, 50, 53, 54, 55, assim como aquelas previstas nos subitens 3.3.2 e 3.3.3 do Relatório Técnico Conclusivo de Inspeção n. 005/2012-DCOP (fls. 1.382/1.424, vols. 7 e 8), com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pela Resolução n. 25/2012-TCE/AM.

**9.1.3 – FIXAR o PRAZO** de 30 (trinta) dias para o recolhimento das sanções discriminadas aos cofres da Fazenda Pública Estadual, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora, devidos, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, *caput*, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

**9.1.4 - AUTORIZAR**, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

**9.1.5 – CONSIDERAR EM DÉBITO o Sr. Antônio Marcos Maciel Fernandes**, Prefeito e Ordenador de Despesa, nos valores discriminados abaixo:

a) **R\$ 24.717,42** referente ao pagamento de multas e juros relacionados ao atraso de recolhimentos junto ao INSS, que culminaram em dano ao erário, objeto do item 9 do Relatório/Voto [restrição 5 do Relatório Conclusivo n. 34/2011-DCAMI (fls. 1.318/1.381, vol. 7)];

b) **R\$ 280.000,00** referente ao Contrato n. 008/2009, no qual fora constatado pela DICOP a ausência de elementos comprobatórios da execução da despesa [subitem 3.1 do Relatório Técnico Conclusivo de Inspeção n. 005/2012-DCOP (fls. 1.382/1.424, vols. 7 e 8)];



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº 047/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 047/2015)**

**c) R\$ 49.650,00** referente ao Contrato n. 062/2010, no qual fora constatado pela DICOP a ausência de elementos comprobatórios da execução da despesa [subitem 3.2 do Relatório Técnico Conclusivo de Inspeção n. 005/2012-DCOP (fls. 1.382/1.424, vols. 7 e 8)];

**d) R\$ 74.000,00** referente ao Contrato n. 086/2010, no qual fora constatado pela DICOP a ausência de elementos comprobatórios da execução da despesa [subitem 3.4 do Relatório Técnico Conclusivo de Inspeção n. 005/2012-DCOP (fls. 1.382/1.424, vols. 7 e 8)];

**9.1.6 – FIXAR o PRAZO** de 30 (trinta) dias para o recolhimento dos valores mencionados no item VI da conclusão do Relatório/Voto aos cofres da Fazenda Pública de Apuí, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM.

**9.1.7 - DETERMINAR à Secretaria de Controle Externo - SECEX** que providencie junto ao setor competente a instauração de Tomada de Contas Especial do Convênio n. 36/2010-CIAMA para apuração da efetiva aplicação dos valores recebidos pela Prefeitura Municipal de Apuí, conforme abordado no Relatório Técnico Conclusivo de Inspeção n. 005/2012-DCOP (fls. 1.382/1.424, vols. 7 e 8);

**9.1.8 - DETERMINAR à Diretoria de Controle Externo da Administração dos Municípios do Interior - DICAMI** que requisiite à próxima Comissão de Inspeção:

a) verificar se houve a atualização das fichas funcionais dos servidores;

b) verificar se houve o cumprimento do art. 41 da Lei Federal n. 11.494/2007 c/c art. 2º da Lei Federal n. 11.738/2008;

c) verificar se houve a regularização da ausência do controle de ponto dos servidores, em cumprimento ao princípio constitucional da eficiência dos atos públicos;

d) verificar se houve o cumprimento do princípio da economicidade, conforme se infere na restrição 41 do Relatório Conclusivo n. 34/2011-DCAMI (fls. 1.318/1.381, vol. 7);

e) proceder à avaliação de quais tributos deixaram de ser recolhidos de modo que o ente inscreva os responsáveis na Dívida Ativa, conforme abordado na análise da defesa da Questão 12 da Diligência Ministerial exposta na Informação Conclusiva n. 20/2012-CIE/DCAMI (fls. 3.136/3.148, vol. 16).

**9.1.9 - DETERMINAR à Prefeitura Municipal de Apuí** que observe com maior rigor a legislação pertinente aos temas tratados nos autos, assim como as disposições contidas no Relatório Conclusivo n. 34/2011-DCAMI (fls. 1.318/1.381, vol. 7), Relatório Técnico Conclusivo de Inspeção n. 005/2012-DCOP (fls. 1.382/1.424, vols. 7 e



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº 047/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 047/2015)**

8), Parecer n. 3.886/2012 (fls. 3.151-A/3.157, vol. 16) e as considerações realizadas neste voto;

**9.1.10 - RECOMENDAR** ao **Ministério Público de Contas** que, se for o caso, represente ao Ministério Público Estadual acerca das irregularidades consignadas neste caderno processual para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, nos termos do art. 114, III, da Lei Estadual n. 2.423/1996 e art. 54, XII, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

**9.1.11- COMUNICAR** à **Secretaria da Receita Federal do Brasil** sobre a ausência de comprovantes de pagamentos dos parcelamentos de contribuição previdenciária (item 14 deste voto) abordado na restrição 15 do Relatório Conclusivo n. 34/2011-DCAMI (fls. 1.318/1.381, vol. 7), devendo ser encaminhado ao ente federal cópia da referida peça técnica;

**9.1.12 - COMUNICAR** ao **Tribunal de Contas da União** sobre as impropriedades previstas nas restrições 9 e 25 do Relatório Conclusivo n. 34/2011-DCAMI (fls. 1.318/1.381, vol. 7), devendo ser encaminhado ao ente federal cópia da referida peça técnica

**9.2 – POR MAIORIA, APLICAR MULTA** ao **Sr. Antônio Marcos Maciel Fernandes**, Prefeito e Ordenador de Despesa, no valor de **R\$ 1.096,03** por cada mês de competência em que houve **atraso no envio de dados, via ACP**, ou seja, referente aos meses de janeiro, fevereiro, março, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, **totalizando** o valor de **R\$ 10.690,30**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM.

***Vencido o destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.***

**10- Ata:** 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 16 de setembro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário Manoel Coelho de Mello, e Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Presidente, em sessão

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral